



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Ata da 167ª reunião, realizada em 2 de dezembro de 2015**

1 Em 2 de dezembro de 2015, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do  
2 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de  
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo  
4 Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o  
5 presidente Luiz Sávio de Souza Cruz, secretário de Estado de Meio Ambiente e  
6 Desenvolvimento Sustentável. Representantes do poder público: Juliana Pereira  
7 da Cunha, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
8 (Seapa); Evandro Xavier Gomes, da Secretaria de Estado de Cultura (SEC); Inês  
9 Tourino Teixeira, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Mila Magalhães  
10 Ribeiro, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Marina  
11 Imaculada Ferreira Caldeira, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Lidiane  
12 Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas  
13 (Setop); Ronaldo Pena Costa Júnior, da Secretaria de Estado de Ciência,  
14 Tecnologia e Ensino Superior (Sectes); José Guilherme Ramos, da Secretaria de  
15 Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Danielle Braga Valaci Pontes  
16 Ferrari, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Juliana Veríssimo Pacheco,  
17 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de  
18 Minas Gerais (Sedinor); Carlos Henrique Souza da Silva, da Polícia Militar de  
19 Minas Gerais (PMMG); Mauro da Fonseca Ellovitch, da Procuradoria-Geral de  
20 Justiça (PGJ); Marco Túlio Simões Coelho, do Instituto Brasileiro do Meio  
21 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Sarah Aurichio Lopes  
22 Cordeiro Ribeiro, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
23 da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Licínio Eustáquio Mol Xavier,  
24 da Associação Mineira de Municípios (AMM). Representantes da sociedade civil:  
25 Fabiano Blanc Xavier, da Associação Comercial e Empresarial de Minas  
26 (ACMinas); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e  
27 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Alberto José Salum, da Federação  
28 das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Paula Meireles Aguiar, do  
29 Conselho da Micro, Pequena e Média Indústria; Eduardo Antônio Arantes do  
30 Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas  
31 Gerais (Fetaemg); Rinaldo César Mancin e João Carlos de Melo, do Instituto  
32 Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do  
33 Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Mônica Bicalho Pinto Rodrigues, da  
34 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Maria Dalce  
35 Ricas, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Tobias Tiago Pinto  
36 Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover); Ronaldo Vasconcellos Novais,  
37 da Organização Ponto Terra; Evandro Carrusca de Oliveira, do Centro Federal de

38 Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet); Fernando Verassani Laureano, da  
39 Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Luiza Maria de  
40 Carvalho, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais  
41 (Crea-MG); Admilson Martins Diniz, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);  
42 Tarcísio Walter Gotelipe Reis, da Associação dos Engenheiros de Minas do  
43 Estado de Minas Gerais (Assemg) – representantes da sociedade civil. **Assuntos**  
44 **em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional  
45 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Luiz Sávio de Souza Cruz declarou aberta  
46 a 167ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental. “Eu queria  
47 dizer da satisfação de participar de mais uma reunião do Conselho de Política  
48 Ambiental do Estado, numa peculiar preocupação com os assuntos de natureza  
49 ambiental em razão do ocorrido com o rompimento da barragem que já é de  
50 conhecimento de todos. Nós temos uma pauta relativamente extensa, e eu peço  
51 desculpas pelo atraso. Eu agora mesmo participava de uma reunião na Advocacia  
52 Geral do Estado (AGE), junto com a Advocacia Geral da União (AGU) e a  
53 Procuradoria do Espírito Santo, trabalhando naquela ação unificada, que já foi  
54 anunciada, de forma a tentar dar racionalidade e uma convergência de esforços  
55 na atuação do poder público e do Estado brasileiro, nos seus diferentes níveis de  
56 organização, em relação à empresa responsável pelo ocorrido. Feita a justificativa,  
57 eu renovo o agradecimento pela presença de todos.” **3) COMUNICADOS DOS**  
58 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheira Luiza Maria de Carvalho:  
59 “Estou aqui falando em nome do Crea-MG, e venho, na pessoa do nosso  
60 presidente, cumprimentar o presidente do Plenário e todos os membros aqui  
61 presentes. Eu prometo ser bastante sucinta, e gostaria de constatar a  
62 perplexidade que paira sobre a sociedade como um todo, após o episódio de 5 de  
63 novembro. Muita discussão, em nível nacional, e hoje o prefeito de Mariana está  
64 na COP 21 para fazer os relatórios sobre o episódio. Até agora eu só consegui  
65 obter duas convicções. A primeira é que devemos dar total e irrestrito apoio às  
66 comunidades atingidas. Que cada cidadão, cada família, possa voltar no mais  
67 curto espaço de tempo a ter um lar para chamar de seu. A segunda convicção é  
68 que defendemos uma apuração rigorosa e consubstanciada das causas, efeitos,  
69 que sejam levantadas as medidas de proteção às comunidades envolvidas.  
70 Envolve não só os municípios mineiros, como o Estado do Espírito Santo também.  
71 Eu gostaria de pedir ao presidente e ao Plenário alguns minutinhos para o  
72 assessor da presidência do Crea fazer um breve relato.” Oswaldo Dehon,  
73 representante do Crea-MG: “Eu falo em nome do nosso presidente Jobson  
74 Andrade, e gostaria de relatar aquilo que aconteceu no dia 26 de outubro recente.  
75 O Crea constituiu uma Câmara Temática de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.  
76 Essa câmara teve a presença de vários daqueles que aqui estão presentes. Nós  
77 discutimos uma série de aspectos relevantes, em especial aqueles que estão  
78 relacionados aos recursos hídricos, ao licenciamento ambiental, aos assuntos que  
79 dizem respeito às questões mais gerais de meio ambiente. E, por sugestão de  
80 várias entidades e pessoas que aqui estão representadas, o Crea vai assumir, nas

81 reuniões ordinárias da câmara temática, o debate técnico antecipatório das  
82 reuniões do COPAM. Então aquelas entidades que têm protocolo de cooperação  
83 com o Crea-MG, nós vamos chamá-las para um debate técnico, tendo em vista as  
84 questões da engenharia, da engenharia florestal, da agronomia, da geografia, da  
85 engenharia de minas, de todos aqueles profissionais que compõem a grande base  
86 do Crea-MG, para que nós possamos debater os temas importantes e  
87 momentosos que dizem respeito ao COPAM. Portanto, aqueles que fazem parte  
88 da câmara temática, desse esforço, vão poder debater conosco vários aspectos  
89 técnicos em reuniões anteriores àquelas que vão acontecer no COPAM. Então  
90 aqui eu gostaria de poder apresentar os protocolos de cooperação com a nossa  
91 instituição. Eles foram, naquele momento, no dia 26 de outubro, apresentados  
92 para essas entidades. Aquelas que compõem o campo técnico da engenharia  
93 podem retornar, e outras eventualmente que não propuseram naquele momento,  
94 que estiveram conosco, para que nós possamos debater muitas questões  
95 importantes que dizem respeito não só à nossa preparação. Nós temos membros  
96 aqui no COPAM e também nas câmaras temáticas, na Câmara Recursal, bem  
97 como também nos vários, centenas de secretários municipais de Meio Ambiente,  
98 centenas de secretários municipais de obras, membros de Comams, membros de  
99 conselhos que são ligados aos recursos hídricos e a comitês de bacias, que  
100 constituem conosco esse grande acerto humano e técnico ligado ao Conselho  
101 Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Minas Gerais.” Conselheiro  
102 Carlos Alberto Santos Oliveira: “O assunto recorrente é o acidente de Mariana, a  
103 respeito do qual, em outras reuniões do COPAM, da CNR, de câmara, nós nos  
104 manifestamos. Agora nós vamos fazer um comunicado de um assunto menos  
105 árduo, mais leve. Em outras oportunidades, eu tenho anunciado aqui que a Faemg  
106 está patrocinando um programa de meio ambiente chamado Nosso Ambiente.  
107 Esse material já foi distribuído em várias reuniões. Nós estamos nos primeiros  
108 passos, mas já temos alguma coisa consistente, que é o resultado que está aqui  
109 nesse livro Água e Solo – Manejo e Conservação, que é o ponto de partida para  
110 quem quer que seja trabalhar a questão da melhoria do meio ambiente.  
111 Infelizmente, algumas pessoas ficaram sem o livro, mas nas próximas reuniões,  
112 com certeza, nós vamos trazer. Esse livro é a síntese de um evento que nós  
113 fizemos na Faemg, no Dia Mundial do Solo. Nós trouxemos quem existia de  
114 especialista na matéria solo e água, e foram feitas diversas palestras. Isso foi  
115 consubstanciado. Então é um bom material para quem quer trabalhar com esse  
116 assunto. E o objetivo final do programa Nosso Ambiente é melhorar, em todo o  
117 Estado de Minas Gerais, as condições do solo e da água, de modo, finalmente, a  
118 melhorar também os recursos hídricos. Os nossos parceiros são produtores rurais,  
119 entidades, ONGs, órgãos governamentais, e nós temos quatro eixos  
120 fundamentais: gestão, representatividade, monitoramento e difusão. Temos o  
121 resultado do trabalho realizado em nascentes no rio Manhuaçu e no rio do Peixe,  
122 na bacia do rio Doce. Vejam que esse negócio de trabalhar com as nascentes não  
123 é brincadeira. Nós numeramos as nascentes de 1 a 5, a altitude, a vazão antes do

124 trabalho de recuperação, a vazão depois do trabalho. A nascente nº 1 teve um  
125 ganho de vazão de 142%; a nascente nº 2, de 260%; a nascente nº, de 300%; e  
126 as nascentes 4 e 5, que tinham vazão zero, ganharam uma vazão significativa.  
127 Recuperação, tratamento e tudo que diz respeito a nascente também estão dentro  
128 do programa Nosso Ambiente. Então nós estamos trazendo aqui, concretamente,  
129 algumas notícias a respeito da atuação da Faemg nesse programa.” Conselheira  
130 Maria Dalce Ricas: “Eu começo a minha fala saudando o retorno da Marília Melo,  
131 que está aqui na plateia, a secretária adjunta. Seja bem-vinda, Marília, sentimos a  
132 sua falta. Secretário, eu queria também fazer um elogio, de público, à ação da  
133 Subsecretaria de Fiscalização, na pessoa do Marcelo, que está aqui, elogio que,  
134 naturalmente, se estende à sua pessoa. Nós fizemos algumas reuniões com o  
135 setor, recebemos os relatórios de fiscalização do rio Doce, de excelente nível  
136 técnico, mostrando claramente a liberdade total da equipe de fiscalizar sem  
137 qualquer interferência. Então nós queremos reconhecer isso de público,  
138 parabenizar o Marcelo e seus técnicos e estender também as congratulações à  
139 sua pessoa, que, naturalmente, é o gestor maior da SEMAD. Do segundo assunto,  
140 eu acredito que a maior parte dos senhores tenha conhecimento. Infelizmente, a  
141 Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou o Projeto de Lei 2.946. Sem me  
142 estender a outras considerações, eu queria ressaltar apenas dois aspectos.  
143 Primeiro, na nossa opinião, um tremendo erro – que eu espero e proponho a este  
144 Plenário que se manifeste, e que o governador corrija por decreto – que foi a  
145 retirada do Ministério Público das câmaras técnicas que irão conceder o  
146 licenciamento. Isso é um tremendo erro. No estágio que nós temos na política  
147 ambiental de Minas Gerais, nós ficamos surpresos com a coragem do governo em  
148 fazer isso, porque a proposta veio do governo, através do líder na Assembleia, o  
149 deputado Durval Ângelo. Desde o primeiro governo Aécio Neves, setores  
150 econômicos do governo tentaram retirar o Ministério Público. Passou o primeiro  
151 governo Aécio Neves, e eles não conseguiram. Passou o segundo, e não  
152 conseguiram. Passou o governo Anastasia, e não conseguiram. E, de repente,  
153 eles tiram neste momento. Nós esperamos, secretário, já que nós ficamos  
154 sabendo na hora da votação do Plenário – foram mais de 80 emendas, que de  
155 repente chegaram à votação do Plenário, porque nós não tínhamos mais voz –  
156 que esse equívoco seja remediado através de decreto e que o governo não  
157 cometa esse erro dando um tiro no próprio pé. E, também para quem não tem  
158 conhecimento, informar, que segundo essa lei, para empreendimentos  
159 enquadrados nas classes 3 e 4 que envolvem médias e pequenas minerações,  
160 megaprojetos agropecuários, indústrias de curtume, que são altamente poluidores,  
161 a partir de agora, as licenças serão concedidas pela SEMAD, sem passar pela  
162 sociedade civil. Antes que alguém pense ‘ah, mas pode caber recurso’, eu acho  
163 que boa parte dos conselheiros aqui sabe o que significa recurso. Se tem uma  
164 licença para suprimir 700 hectares de vegetação, quando o recurso chegar a ser  
165 apreciado, isso já aconteceu há muito tempo. E mesmo que isso fosse correto,  
166 concentrar esse poder na mão de uma pessoa... Imaginem, senhores: o

167 superintendente da Supram Jequitinhonha é técnico em enfermagem, o da  
168 Supram Central é delegado de homicídios. Então serão essas pessoas que dirão  
169 assim: 'Você pode implantar o seu curtume, que vai usar cádmio, chumbo e zinco,  
170 e todos os metais pesados possíveis. E se o efluente não estiver tratado ele mata  
171 o que tiver dentro do curso d'água. Essas pessoas é que terão autoridade para  
172 conceder essas licenças. Da nossa parte, é inaceitável, condenável. Eu acho que  
173 o futuro não perdoará esse erro do governo de Minas Gerais. Lembrando que as  
174 nomeações políticas continuam a ser feitas. O deputado Paulo Guedes é o dono  
175 do Norte. Lá ele nomeia e destitui quem ele quiser, sem passar, inclusive, pela  
176 SEMAD. Inclusive, técnicos do Sisema estão sendo nomeados por ele sem que a  
177 SEMAD tenha conhecimento. Não sei o que vocês acham, mas eu fico indignada  
178 com isso. Outro assunto: eu não sei se vocês já ouviram falar, mas o governo  
179 tinha anunciado o lançamento, para ontem de manhã, de um projeto chamado  
180 Plantando o Futuro. Está no site da Codemig, e foi cancelado, mas o projeto  
181 existe. São R\$ 396 milhões, segundo o site da Codemig, que serão utilizados para  
182 plantar 30 milhões de árvores, inclusive, arborização urbana. Nós ligamos para a  
183 SEMAD e dissemos que queríamos saber mais informações sobre o projeto. Na  
184 SEMAD, a pessoa foi extremamente sincera e seca: 'Não temos nada com isso,  
185 por favor, procure a Codemig'. Foi criada uma força-tarefa, segundo o site da  
186 Codemig, da qual participava a SEMAD, para criar o projeto. Por que o projeto não  
187 veio ao COPAM e por que a SEMAD não é a coordenadora do projeto? Se alguém  
188 tem expertise neste Estado para plantio de árvore, pelo poder público, é o IEF. E a  
189 executora é a Codemig. Hoje me ligou o coordenador do projeto, eu conversei  
190 com ele, o Cléber Consolatrix Maia. Eu acho que R\$ 396 milhões de dinheiro  
191 público é muita grana, para que a sociedade não discuta, para que não se tenha  
192 certeza dos objetivos a serem atingidos, para que não se tenha certeza dos  
193 critérios que serão utilizados. Vamos lembrar do Pró-Matas, dos governos  
194 anteriores, com recurso do KFW. Nós ouvimos produtores rurais, em trabalho  
195 técnico que nós temos, que as árvores foram plantadas e nunca mais apareceu  
196 nenhum técnico lá. Plantio não é brincadeira. Se não tem um monitoramento  
197 mínimo de três, quatro anos, as mudas se perdem. É dinheiro público jogado fora.  
198 E onde serão plantadas essas mudas? Quais serão os critérios e por que o  
199 Sisema não é o executor desse projeto? O que nós esperamos, secretário, é que  
200 a Codemig venha explicar a este Plenário por que esse projeto não passou pelo  
201 COPAM, que é a instância política para deliberar sobre as políticas ambientais no  
202 Estado. Fica aqui o nosso registro. O Cleber Consolatrix Maia, que é o  
203 coordenador do projeto, me solicitou uma reunião, que foi marcada para o dia 11  
204 de dezembro, na sede da Amda. Para quem tiver interesse em participar, a  
205 reunião é aberta. Claro, nós não podemos recusar o diálogo, mas já queremos  
206 registrar isso aqui. E, finalmente, eu queria esclarecimento, secretário, se você  
207 tem conhecimento e se é possível disponibilizar alguma informação sobre a  
208 investigação que está sendo feita pela Controladoria Geral do Estado sobre  
209 licenciamento no Estado. Às vezes, é sigilosa a investigação. Então eu gostaria de

210 saber se é possível disponibilizar algumas informações.” Conselheiro Mauro da  
211 Fonseca Ellovitch: “Eu não posso deixar de falar, apesar de já ter falado nas  
212 URCs, sobre a questão de Mariana, que é a questão premente para todos nós.  
213 Todas as nossas instituições estão trabalhando com foco total no atendimento  
214 dessa que é a maior tragédia ambiental da história do Brasil. O Ministério Público  
215 e a SEMAD, desde o ocorrido, desde o primeiro dia, deram a primeira resposta,  
216 muito antes, inclusive, de órgãos federais, e se anteciparam a buscar dentro  
217 daquela tragédia quais medidas precisariam ser executadas, tentar identificar  
218 urgências, adotar as primeiras medidas para garantir a minimização daqueles  
219 impactos, a redução do risco para as pessoas e para o meio ambiente e o começo  
220 dos trabalhos possíveis para recuperação. Eu, pessoalmente, estive lá duas  
221 vezes. Não temos palavras para medir aquela destruição, o que foi feito da vida  
222 daquelas pessoas, os impactos ao meio ambiente que nós ainda vamos descobrir  
223 por décadas, decorrentes desse impacto. E diante de toda essa tragédia, como eu  
224 já disse em outras instâncias, gera um momento de as instituições repensarem.  
225 Repensem se o caminho que estava sendo adotado era adequado, onde são  
226 necessários os aprimoramentos, onde estão as falhas. E todas as instituições vão  
227 ter que se reestruturar diante dessa tragédia, que não pode ficar sem resposta. Os  
228 empreendedores vão ter que se reestruturar e priorizar, mais do que qualquer  
229 coisa, a questão de segurança e controle ambiental. Projeto de segurança  
230 ambiental, projeto de recuperação de área degradada não é papel para ficar  
231 guardado em gaveta. Estudo de impacto ambiental não é formalidade e gasto  
232 inútil. E nós achamos que essa tragédia pelo menos isso deve deixar bem claro  
233 para os empreendedores. É necessário um modelo de gestão ambiental  
234 planejado, e que aquilo não seja visto como um gasto, mas como uma  
235 necessidade do empreendimento. Eu acho que os bons empreendedores, se já  
236 não pensavam assim, vão pensar, porque é vergonhoso, diante de uma situação  
237 dessas, vir se falar que medidas de controle ambiental são gastos e oneram  
238 empreendimentos. As instituições públicas vão ter que se repensar. O Estado  
239 como um todo vai ter que rever a metodologia dele de priorização ou não da  
240 utilização de barragens, da alocação de recursos. Nisso eu até gostaria de dar  
241 parabéns ao secretário Sávio. Foi muito feliz a sua fala ontem na Comissão  
242 Extraordinária de Barragens, demonstrando a necessidade de que o Poder  
243 Legislativo e o Poder Executivo voltem novamente a atenção necessária para o  
244 Sisema. Porque não existe mudança legislativa que vá resolver esse problema. O  
245 que vai resolver é a estruturação, é o investimento nos órgãos de controle  
246 ambiental. O Ministério Público vai rever os seus paradigmas. Nós vamos ter que  
247 montar uma nova metodologia de atendimento preventivo, de instauração de  
248 inquéritos preventivos para a situação de barragem. Nós tivemos uma atuação  
249 repressiva depois do rompimento da barragem de Mirai e nós vimos que nós  
250 precisamos fazer mais. Nós vamos ter uma metodologia de trabalho definida. E  
251 isso até foi oportuno eu trazer, secretário, porque eu vou me desculpar, com  
252 antecedência, porque eu vou ter que sair antes da conclusão da Plenária, porque

253 nós estamos neste momento nos reunindo com todos os promotores da bacia do  
254 rio Doce e de Mariana para ter uma metodologia de trabalho única em todos os  
255 inquéritos que vão ser instaurados em relação a essa tragédia. E essa  
256 reestruturação, essa reconsideração dos paradigmas, isso também vale para  
257 todos os conselheiros dos órgãos ambientais, para cada um de nós. Nós  
258 precisamos repensar a maneira como nós votamos, nós precisamos repensar a  
259 atenção que nós damos a cada medida, a cada estudo, a cada Parecer Único.  
260 Como eu falei nas URCs, diante das tragédias, dos momentos de comoção, nós  
261 não temos que pensar que isso não é obrigação nossa, que isso não é problema  
262 nosso. Nós precisamos pensar o que nós poderíamos ter feito a mais para evitar  
263 situações como essa. Não nos livrar de obrigações, mas assumir cada vez mais  
264 para que cada um possa fazer a sua parte e dar o melhor para evitar e minimizar  
265 tragédias, que não são só rompimento de barragem. A extinção de uma espécie  
266 da fauna e da flora é uma tragédia que as próximas gerações vão sentir. A  
267 ocupação desordenada do solo pode vir a ser uma tragédia, com o esvaziamento  
268 dos mananciais e a crise hídrica que nós vivemos durante o ano inteiro. Então nós  
269 precisamos repensar, sim, o que cada um de nós pode fazer a mais. Os senhores  
270 me desculpem a moção, mas já encerrando a minha fala, em relação ao que a  
271 conselheira da Amda falou, do projeto de lei, o Ministério Público sempre  
272 participou do COPAM com o intuito de colaborar. Nós, independentemente de  
273 qualquer crítica que possa ser feita, sempre buscamos estudar com afinco todos  
274 os pareceres, pedir vista dos procedimentos que nós entendíamos como mais  
275 complexos, dar nossas contribuições com condicionantes, com pareceres, com  
276 votos contra, com votos a favor. Era um modo de trabalho preventivo, era uma  
277 função acessória à função judicial que nós utilizávamos para minimizar contendas.  
278 Por vezes, uma condicionante, uma baixa de diligência, uma alteração de prazo,  
279 discutidas democraticamente nesses foros, nas URCs, evitavam uma  
280 judicialização, mais um processo que só iria onerar o Estado e dificultar ainda  
281 mais a vida dos empreendedores. Nosso intuito sempre foi acessório e  
282 colaborativo no COPAM. Houve esse projeto de lei, nós não podemos negar que  
283 nós ficamos surpresos com essa configuração final que teve, com a retirada do  
284 Ministério Público – retirada, não, a não obrigatoriedade da inclusão do Ministério  
285 Público como uma das instituições a deliberar nos processos que são mais  
286 impactantes - os de classes 5 e 6, que são os de grande impacto ambiental. E nós  
287 ainda esperamos e temos a convicção de que, analisando os prós e os contras da  
288 atuação do Ministério Público, o Poder Executivo deva nos incluir como parte das  
289 Câmaras Temáticas no decreto que vai regulamentar essa lei. É uma faculdade do  
290 Poder Executivo. Não vim aqui pedir isso, não acho que cabe a nós pedir isso, eu  
291 acho que é o Poder Executivo que tem que deliberar se entende conveniente ou  
292 não a participação do Ministério Público. O que nós gostaríamos de chamar à  
293 reflexão é a quem interessa a retirada do Ministério Público. Num órgão que visa  
294 controle de legalidade, que visa trabalhar como fiscal da lei, qual seria o interesse  
295 de afastar o Ministério Público dessas deliberações? E falar da tranquilidade dos

296 senhores de que isso não vai atrapalhar a nossa atuação. Se o Ministério Público  
297 for retirado das deliberações mais importantes, nós, provavelmente, vamos sair e  
298 nós vamos adotar outro caminho, nós vamos nos reestruturar, judicializar. O que  
299 nós não vamos fazer é deixar de defender a sociedade. Nós não vamos deixar de  
300 cumprir o nosso papel da defesa do regime democrático, da ordem jurídica, dos  
301 direitos individuais, dos direitos sociais. Então nós vamos atuar. Nós esperamos,  
302 sinceramente, que a nossa contribuição e todas as vantagens da resolução  
303 consensual, que é o que é muito trabalhado no direito hoje, as soluções discutidas  
304 democraticamente, que a vantagem dessas soluções seja algo a ser considerado  
305 pelo Poder Executivo. Nós esperamos que eles considerem e que entendam pela  
306 nossa permanência. Se não entenderem, é uma faculdade do Poder Executivo, e  
307 nós vamos nos reestruturar para dar resposta à altura para a sociedade.  
308 Infelizmente, eu acho que os grandes penalizados serão o Estado e os  
309 empreendedores.” Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: “Há duas  
310 semanas, a Assembleia Legislativa terminou o processo de discussão do PPAG.  
311 Inclusive, no nosso ponto 6 de hoje está incluído para conhecermos a proposta de  
312 planejamento. E nós, da Fetaemg, junto com a Amda, a Faemg, a Polícia  
313 Ambiental, algumas técnicas do IEF e a Sarah, do gabinete do deputado Cássio,  
314 participamos da discussão do PPAG no componente meio ambiente. Eu queria  
315 manifestar corroborando um pouco o que o secretário tem dito por várias vezes.  
316 Agora a Assembleia vai consolidar o orçamento. Passou na Comissão de  
317 Participação Popular, e agora vai para o Plenário. A Assembleia vai consolidar,  
318 mas eu queria antecipar a minha preocupação com o orçamento da Secretaria de  
319 Meio Ambiente e das entidades coligadas: FEAM, IEF. Porque eu acho que é  
320 preciso do mínimo de recursos, porque senão está inviabilizado de pronto. Nós  
321 apresentamos algumas emendas, em conjunto com a Amda e a Faemg, que foram  
322 acolhidas na Participação Popular, mas agora tem o orçamento submetido a um  
323 campo de restrição e precisa ser consolidado. Eu quero manifestar a minha  
324 preocupação. Acho, inclusive, secretário, que, no início do ano, porque o  
325 orçamento já vai estar aprovado, que fosse feita uma discussão aqui com o  
326 orçamento na mão, porque está muito difícil a situação orçamentária. De qualquer  
327 maneira, participamos. A outra questão é com relação ao que a companheira do  
328 Crea falou, de perplexidade. O poeta Carlos Drummond de Andrade falou que  
329 cada pessoa carrega um sentimento do mundo, e o meu não é de perplexidade.  
330 Perplexidade, inclusive, pode paralisar. O meu é de indignação e repulsa. E me  
331 preocupa, porque, nos últimos dias, conversando com algumas pessoas aqui,  
332 acolá, na imprensa e tal, no sentido de colocar o Estado como o grande  
333 responsável. Aliás, eu me somo ao promotor. A manifestação do senhor ontem, na  
334 Assembleia, foi da maior importância e com seriedade. Mas é preciso ter claro que  
335 o Estado, a Polícia, o Ministério Público fiscalizam aquilo que é autorizado, aquilo  
336 que está submetido, inclusive, ao cumprimento de condicionante. A  
337 irresponsabilidade não tem jeito de ser contida, infelizmente. A questão é essa. As  
338 três empresas são responsáveis e vão ter que pagar por isso. E eu espero que



339 muito caro. Porque senão vai adentrar no terreno da impunidade, e aí nós  
340 estamos perdidos. Mas eu cumprimento o esforço que o Estado está fazendo, o  
341 governo, o Ministério Público, a polícia. Qualquer tipo de polícia é bem-vinda. Para  
342 finalizar, eu tenho um entendimento um pouquinho diferente do doutor Mauro  
343 sobre a questão do Ministério Público no COPAM. Eu acho que é indispensável,  
344 secretário, o Ministério Público continuar. Eu acho que está no âmbito da decisão  
345 do governo, mas eu espero que o governo decida nesse sentido. E não são só o  
346 empreendedor e tal. Os trabalhadores e os atingidos vão perder também. O  
347 governo eu acho que tem de avaliar seriamente isso. Pressões para retirar o  
348 Ministério Público sempre houve, mas nunca conseguiram. Eu acho que este  
349 governo não pode carregar isso. Porque o ônus vai ficar com ele. O Ministério  
350 Público é indispensável, e nós fizemos uma das emendas nesse sentido. Nesses  
351 períodos de turbulência econômica, política, muito se aproveita. Na semana  
352 passada, numa comissão do Senado, um projeto apresentado pelo senador  
353 Romero Jucá... O projeto que foi aprovado lá é um horror, em termos de  
354 licenciamento. E isso é porque existem momentos em que se tenta destruir  
355 conquistas. E da mesma maneira, repito, que o COPAM é uma conquista da luta  
356 ambiental em Minas Gerais, quem achar que não participa dessa luta, tudo bem, a  
357 porta está aberta. Agora, o Ministério Público é uma conquista também na  
358 Constituição. Então eu queria reafirmar a nossa posição.” Conselheiro Fernando  
359 Verassani Laureano: “Eu quero trazer aqui também uma preocupação, externar  
360 uma preocupação das pessoas do meio acadêmico com quem eu tive a  
361 oportunidade de conversar nas últimas semanas, uma preocupação muito grande  
362 com a aprovação desse PL. Nós ficamos surpresos com essa aprovação quase  
363 relâmpago desse projeto de lei. Por mais legítimo que seja o processo, nós  
364 achamos bastante, inclusive, impróprio no meio dos ocorridos. Eu gostaria de  
365 colocar que nós não vemos nesse projeto de lei um avanço em termos de  
366 qualidade. Ficamos nos perguntando quais os benefícios ambientais que vamos  
367 colher dessa lei, que tramitou com tamanha urgência. Nós não conseguimos  
368 entender. Além disso, me parece num momento errado. Vocês me desculpem que  
369 eu também não contive a emoção, mas me parece que este é um momento  
370 errado, e ela não traz aqui, por exemplo, algum benefício que nós até discutimos  
371 aqui na primeira Plenária deste ano, quando foi apresentada a situação do  
372 Sisema. Uma questão que é notória, por exemplo, é essa nossa fidelização, a  
373 nossa estrutura. Ainda tem essa questão orçamentária. Mas nós entendemos que  
374 nenhum processo vai ser célere se não houver uma equipe célere e capacitada.  
375 Eu não estou querendo fazer mal julgamento de ninguém, estou querendo criar os  
376 mecanismos para que as pessoas fiquem aqui, para que nós tenhamos  
377 longevidade, que os técnicos tenham formação, que tenha uma equipe grande que  
378 atenda todo mundo, que dê conta do recado, da fila que precisa andar. Nós  
379 precisamos de mais gente que está aí se formando. Eu, particularmente, tenho  
380 formado muitas pessoas ao longo dos últimos dez anos para trabalhar nesta área  
381 ambiental e vejo que pelo menos a grande maioria dos que eu formei e que

382 passaram por esta Casa tiveram uma estadia muito curta aqui. Todos nós  
383 conhecemos esses motivos, e eu não vou ficar aqui repetindo. Nós ainda não  
384 vimos um esforço em algumas questões que são necessárias, inclusive, como dito  
385 pelo secretário, como projeto de lei também para mandar para a Assembleia, para  
386 estruturação de cargos e salários e outras demandas que mexem diretamente na  
387 celeridade dos processos, se é isso realmente o objetivo, como nós conseguimos  
388 enxergar, do que se quer ao final das contas com esse projeto de lei.  
389 Eventualmente, além de externar essa preocupação, nós também gostaríamos de  
390 saber o que nós vamos fazer nesse sentido. Por mais que nós criemos uma  
391 comissão para grandes projetos, para tratá-los à parte, os pequenos e o os  
392 médios irão continuar. E os empresários grandes, pequenos e médios têm que ser  
393 tratados igual, nós precisamos ter celeridade para todos. Então, além disso, nós  
394 gostaríamos de saber o que está sendo feito para avançar nesse sentido também  
395 na celeridade dos projetos estratégicos. Em relação ainda a esse PL, nós  
396 compartilhamos com a Amda e o conselheiro no sentido de achar que o Ministério  
397 Público é indispensável nesse processo.” Conselheiro Marco Túlio Simões Coelho:  
398 “Eu queria usar este momento só para informar que, com relação a essa tragédia  
399 que comoveu a todos, o Ibama está presente no posto de comando estabelecido  
400 nas instalações da Samarco, desde o dia 6, com analistas aqui da  
401 superintendência de Minas e também de Brasília, que vêm fazendo um rodízio,  
402 mantendo lá sempre três ou quatro pessoas, daquele momento até hoje, e vai  
403 permanecer enquanto continuar o posto de comando, que é sob direção da  
404 Defesa Civil. O helicóptero do Ibama esteve lá também durante todo esse tempo.  
405 Parece que nesta semana ele está retornando para a base. Então o Ibama  
406 trabalhou no monitoramento, resgate de animais, uma série de notificações feitas  
407 para a empresa apresentar documentações e cobrança de providências, esses  
408 monitoramentos. Não só aqui, mas também no Estado do Espírito Santo, ao longo  
409 do rio Doce, em diversas situações, como o caso dos floculantes que foram  
410 lançados, na tentativa de minimizar esse dano causado pela lama ao longo do rio.  
411 Então o Ibama participou ativamente disso, analisando, trazendo profissionais. A  
412 própria presidente do Ibama esteve duas vezes aqui, no dia 11, uma quarta-feira,  
413 e no dia 15, um domingo, quando, inclusive, trouxe diversos diretores do Ibama,  
414 diversos profissionais. Estiveram também presentes outras instituições no âmbito  
415 do Ministério do Meio Ambiente, como foi o caso da Agência Nacional de Águas.  
416 Então só para informar essa atuação do Ibama em conjunto com todas as demais  
417 instituições. A informação de meados do mês é que tinha 160 profissionais de  
418 diversas instâncias de governo – federal, estadual e municipal – e 260  
419 profissionais da Samarco, todos envolvidos nessas ações ligadas a emergência  
420 ambiental.” Conselheiro Evandro Carrusca de Oliveira: “Eu gostaria de lembrar  
421 uma passagem minha na FEAM, na primeira metade dos anos 2000, com a  
422 implantação de licenciamento de postos de combustíveis. Eu fazia parte desse  
423 grupo, e os grandes parceiros que nós tivemos para o sucesso do nosso trabalho  
424 foi o Ministério Público. Tivemos a oportunidade de sentarmos em um workshop

dentro do Ministério Público, com os principais promotores de Minas Gerais, onde nós discutimos e passamos para eles a experiência com relação às contaminações, aos impactos provocados por postos de combustíveis. E a partir daí Minas Gerais virou um canteiro de obras relacionados a cuidar do cumprimento da legislação vigente na época com relação aos postos de combustíveis. Por isso eu gostaria de dar esse atestado da importância e necessidade do Ministério Público nessa engrenagem. Se hoje nós temos postos de combustíveis fechados, foi porque eles, dentro da análise deles, chegaram à conclusão de que tinham que ser fechados. E eu agradeço pelo que foi feito na época e torço para que isso seja revogado.” Conselheiro Carlos Henrique Souza da Silva: “Só manifestar que a Polícia Militar entende também como indispensável a presença do Ministério Público, mesmo porque contribuí muito para a tomada das nossas deliberações, das nossas decisões.” Conselheiro Fabiano Blanc Xavier: “Em primeiro lugar, eu gostaria de pedir desculpas por ter chegado atrasado a esta reunião, por questões médicas. No tocante ao tema, eu gostaria de manifestar, em nome da ACMinas, e dizer o seguinte. Sempre que acontecem essas situações, muitas lições são tiradas por todos nós que estamos aqui no COPAM, no exercício dessa função pública, por nós cidadãos, por todos os empresários. E trazer a mensagem da Associação Comercial, que é uma entidade centenária, de que a ACMinas se coloca à disposição para poder colaborar e participar de todo e qualquer esforço proativo no sentido de encontrar soluções. É natural que se busquem culpados, isso faz parte do ser humano, faz parte da sociedade. E é bom que isso aconteça também. Cabe a cada sujeito nesse processo, na sociedade democrática de direito, que o Ministério Público, a polícia, os agentes públicos busquem os responsáveis, mas já buscando um novo tempo a ACMinas se coloca à disposição para construir um novo tempo a partir do aprendizado e das lições que tenhamos desse evento. Então essa é a mensagem da ACMinas.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Eu queria registrar aqui a contribuição que a equipe técnica da SEMAD nos deu na discussão do orçamento. Se não fossem os técnicos da SEMAD – como a Fernanda –, nós não conseguiríamos elaborar propostas, porque nós não entendemos tanto disso. Então eles foram fundamentais. Não tinha ninguém lá, nós ligamos para cá, e logo depois eles chegaram e tiveram um papel fundamental. O que mostra realmente que Sisema tem técnicos capazes, competentes e que deveriam, seguramente, ter participado da construção desse PL que foi aprovado na Assembleia.” Presidente Luiz Sávio de Souza Cruz: “Não havendo mais inscritos, vamos começar a tentar colocar as coisas nos seus lugares. Primeiro, foi mencionado aqui, por inúmeras vezes, o projeto aprovado na Assembleia. O projeto não está ainda aprovado na Assembleia. O projeto passou em turno único em Plenário e vai, na forma do nosso regimento, à Comissão de Redação Final, que faz uma proposta que precisa ainda ser apreciada em Plenário. Então nós não temos – ao contrário do que foi dito aqui, repetidas vezes – nenhum projeto já aprovado na Assembleia. Quanto ao texto que foi aprovado em turno único na Assembleia, eu acho que é

468 enriquecedora a participação plural, que foi negada a este Estado por mais de  
469 uma década, quando se tomava conhecimento das alterações das estruturas  
470 através da lei delegada. Nós vimos aqui o relato de emendas que foram acolhidas,  
471 nós vimos aqui também uma quase que unânime manifestação de  
472 reconhecimento da atuação do Ministério Público. Eu acho que foi esse mesmo  
473 entendimento que presidiu o entendimento dos deputados ao apresentarem  
474 emendas incluindo a necessidade da presença do Ministério Público, ao contrário  
475 do que foi dito. Nenhuma lei anterior garantiu a presença do MP aonde quer que  
476 fosse. Não havia essa obrigatoriedade. E pela primeira vez, por emenda surgida  
477 na Assembleia, se consolidou em lei, desde que ela venha a ser aprovada, a  
478 obrigatoriedade da presença do Ministério Público. Inicialmente, uma emenda  
479 genérica, que falava da presença do Ministério Público. Depois, em uma emenda  
480 que diferenciou assegurando a presença do Ministério Público nas URCs, no  
481 Plenário do COPAM e na Câmara Normativa e Recursal. Excluiu essa  
482 obrigatoriedade das Câmaras Técnicas tentando interpretar o entendimento do  
483 legislador – achou que não havia procedência em impor a obrigatoriedade de  
484 participação de alguém que, até pelo exercício, tem formação jurídica; que fosse  
485 obrigatória a participação em câmara chamada ‘técnica’. Essa é a participação  
486 plural, coletiva, que uma discussão em uma Casa legislativa permite. Então eu  
487 registro que, ao contrário do que se disse, não se tirou o Ministério Público; incluiu  
488 e tornou obrigatoriedade legal que o Ministério Público participe. E é a única  
489 instituição que tem presença garantida em lei, a única que está nominada. Do  
490 resto, se fala genericamente: sociedade civil e setor público. O Ministério Público,  
491 não. No reconhecimento, que parece que os deputados compartilham com os  
492 membros do COPAM que usaram a palavra, eles fizeram questão de colocar no  
493 texto a presença obrigatória do Ministério Público. Vou ser repetitivo: as leis  
494 delegadas, anteriores, não exigiam a presença do Ministério Público em nenhum  
495 foro do COPAM: nem no Plenário, nem na URC, nem na Câmara Normativa  
496 Recursal. E ninguém nunca questionou. Isso que é curioso, quando se abre para o  
497 debate, as questões às vezes são invertidas, porque quem inclui é acusado de  
498 excluir, ‘faz exclusão daquilo que não havia sido incluído’. Eu falo que esse projeto  
499 tem uma peculiaridade muito interessante: ele é acusado dos defeitos que ele não  
500 tem. Eu cansei de ver, em diversas manifestações, dizendo que esse projeto iria  
501 reduzir as exigências de licenciamento, de mineração etc. Eu já falei,  
502 publicamente, e vou repetir: se alguém me apontar uma – eu não quero a segunda  
503 –, eu renuncio; não só ao cargo de secretário, mas ao mandato de deputado. Está  
504 todo mundo convidado a procurar no texto uma medida cautelatória que esse  
505 projeto deixou de exigir em relação aos regramentos anteriores. Se alguém for  
506 capaz de apresentar, pode trazer que eu estou publicamente falando aqui que eu  
507 vou renunciar. Mas em todos os santos dias eu vejo essa mesma acusação  
508 presente em diferentes locais, em sites, em posts e até em falas que são  
509 reproduzidas na grande imprensa. Mas ninguém é capaz de me apresentar uma.  
510 Alguém falou aqui de aprovação relâmpago, mas relâmpago era lei delegada.

511 Esse projeto entrou na Assembleia no dia 6 de outubro. Hoje é dia 2 de dezembro,  
512 e o projeto ainda não saiu. Portanto, há quase dois meses, ele tramita aberta e  
513 transparentemente na Assembleia, que, queiram ou não queiram, é o foro de  
514 representação da vontade popular dos mineiros. Lá foram apresentadas, conforme  
515 foi registrado aqui pela própria Maria Dalce, oitenta e tantas emendas – e eu acho  
516 até que foram mais. Foram centenas, numa construção coletiva, plural, como  
517 convém a democracia. Quem aqui deu palpite de qualquer emenda nas leis  
518 delegadas precedentes? Alguém pode falar o que o Eduardo falou aqui – ‘quatro  
519 emendas que eu propus foram aprovadas’? Não. Mas nunca houve manifestação  
520 dizendo que era ‘AI-5 ambiental’, supressão de direitos, que era isso, que era  
521 aquilo. E é isso que nós temos que acompanhar e temos que ouvir. Eu queria  
522 registrar aqui que, na pesquisa que eu fiz, o ano de 2015 é o primeiro em que  
523 daqui não sai nenhuma licença ad referendum. Alguém sabia disso? Nenhuma  
524 licença ad referendum foi concedida neste ano pelo secretário Sávio Souza Cruz e  
525 eu nem mandei meu adjunto dar, como se fez no passado. ‘Eu não assino, mas  
526 meu adjunto assina’. Não, aqui eu não assino, e meu adjunto não assina. É um  
527 respeito que nós temos às decisões colegiadas. Eu quero dizer que, neste ano, ao  
528 NAP – esse órgão informal, sombrio, que existia aqui, sem que houvesse qualquer  
529 questionamento de quem quer que seja – eu não enviei nenhum projeto. Sempre  
530 em favor da transparência e favorecendo decisões que sejam públicas,  
531 transparentes e coletivas. Portanto, a mim fica muito tranquilizador saber que as  
532 críticas que se fazem ao PL, se fazem por defeitos que ele não tem. E me consola  
533 mais ainda saber que nós usamos a via democrática: apresentação de projeto.  
534 Chegou à Assembleia uma porcaria de projeto, horrível, e saiu, no final das  
535 contas, com uma cara muito melhor do que entrou e muito melhor do que a lei  
536 atual. Ninguém falou que a lei delegada, pretérita, acabou com área de gestão  
537 ambiental, ninguém reclamou. Ninguém reclamou que acabou com a educação  
538 ambiental. ‘Estava bom, foi lei delegada’. Ninguém discutiu que nós estamos  
539 recriando isso. Ninguém falou que foram extintas as áreas meio das Casas, que o  
540 IEF, o IGAM, a FEAM sequer têm controle sobre o seu pessoal, porque não tem  
541 departamento de pessoal, e que nós estamos recriando. Ninguém falou que eles  
542 não têm sequer um setor para fazer gerenciamento dos seus convênios, dos seus  
543 contratos, porque não tem área meio. Ninguém falou que não há qualquer  
544 gerenciamento patrimonial nas Casas, porque não tem a área meio. Então  
545 ninguém sabe, por exemplo, que nós tomamos multas no IEF de R\$ 3 milhões por  
546 deixar de apresentar o formulário do Imposto Territorial Rural, que – embora nós  
547 sejamos isentos – temos que apresentar para fazer jus à isenção. Como nós não  
548 temos área patrimonial, não apresentamos. Mas eu tenho que ouvir que não há  
549 nenhuma melhora. Se nós pudermos gerenciar o nosso patrimônio, ‘o projeto não  
550 tem nenhuma melhora’. Eu não compartilho desse ponto de vista. Eu acho que o  
551 projeto melhora muito. Eu quero dizer que a formação do superintendente a quem  
552 vai caber conceder a licença pouco importa, porque com qualquer uma que ele  
553 tenha ele não terá uma competência tão universal para avaliar toda sorte de

554 empreendimento que passará pela sua mão, mas ele o fará com base nos  
555 pareceres técnicos e jurídicos de um corpo técnico que a Dalce acabou de falar  
556 que é muito capacitado. Isso que vai embasar a concessão ou a negativa que ele  
557 vai fazer. Não em nome dele, pessoal, e de sua formação, mas em nome da  
558 instituição, em nome da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e do Sistema  
559 Estadual de Meio Ambiente. Nesse aspecto, ele estará apondo ali a sua  
560 assinatura. Não em nome da sua formação, não é licença que ele, pessoalmente,  
561 concede, é a licença que o Estado de Minas Gerais, através dos órgãos  
562 competentes, vai conceder, com base nos estudos que o seu corpo técnico fizer.  
563 Eu não tenho a ilusão de achar que esse projeto, por si só, vai acabar com todas  
564 as nossas mazelas e todos os nossos problemas. Não, não vai. Se nós não  
565 recuperarmos capacidade de investimento, valorização das pessoas, possibilidade  
566 de aperfeiçoamento profissional, melhorarmos nossa infraestrutura, tecnologia de  
567 informação, que nós não temos nada... Nós não temos agendamento eletrônico  
568 aqui. Quem convive na Assembleia Legislativa, no Ministério Público, em outras  
569 áreas públicas onde há estrutura, tem dificuldade de entender isso aqui. Aqui  
570 ainda tem o velho e bom 'sumiu o papel'. Ainda tem isso aqui, de vez em quando  
571 nós ainda achamos caixa de auto de infração, de multa, que estava escondido  
572 debaixo da mesa de não sei quem. Essas coisas ainda existem aqui. Embora  
573 tenham sido investidos sessenta e tantos milhões nos governos passados, não  
574 tem nada. E eu recebo aqui uma ordem do Tribunal de Contas do Estado para  
575 implantar o Sisemanet em 60 dias. Aonde ele está? Me dê que eu implanto, eu  
576 mando implantar agora. Não precisa esperar 60 dias, mas 60 minutos. Só que não  
577 tem. Então é essa a perplexidade. E quando nós procuramos fazer tudo do jeito  
578 que é certo, do jeito do figurino, que a democracia impõe, de forma participativa,  
579 transparente, aberta, não dou nenhuma licença de ad referendo, não tem  
580 nenhuma mazela, o que nós ouvimos é isso. 'Ah, está piorando, é AI-5 ambiental,  
581 é blá, blá, blá...' Primeiro, o projeto não está aprovado, nós vamos completar mais  
582 de dois meses de discussão aberta, transparente, pública na Assembleia, de um  
583 projeto que nós tivemos, inclusive, que mudar a cláusula de vigência em razão do  
584 momento que o Estado vive. Porque o anexo que vai fazer as extinções de cargo  
585 e as criações de cargo, nós ficamos impedidos de mandar em razão de termos  
586 atingido o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. E vamos ter que  
587 tentar viabilizar isso num segundo momento, quando for uma reforma  
588 administrativa mais geral, em que um corte de cargos mais aprofundado em outras  
589 áreas pode permitir margem para que criemos a estrutura que será necessária  
590 para implantar aquilo que 'a lei que não melhora nada' prevê. Então com esses  
591 esclarecimentos sobre 'o AI-5 Ambiental', eu acho que respondi os principais  
592 questionamentos. E fico feliz de saber que a principal crítica, até pela nossa  
593 Polícia Militar, é que nós incluímos na lei a presença do Ministério Público; nós  
594 não, a Assembleia, porque isso não estava no projeto que foi para a Assembleia,  
595 como não esteve na Lei Delegada de 2011 nem na Lei Delegada de 2007, tão  
596 aplaudidas, de forma conivente, por todo mundo." Conselheira Maria Dalce Ricas:

597 “Secretário, eu não queria levar o assunto para essa área. Eu vou ter que  
598 discordar, para ficar gravado em ata, de diversas coisas que você falou. Nós  
599 estamos cansados dessas insinuações feitas pela sua pessoa, pelo Durval  
600 Ângelo, pelo Rogério Correa, tipo assim: ‘Que o Apolo tomou banho no rio das  
601 Velhas com o Aécio Neves.’ ‘Que a Amda – não cita o nome – teria apoiado as  
602 leis delegadas’. Primeiro, nós não apoiamos nada. Pelo contrário, fomos severos  
603 críticos – e você é testemunha disso – do governo Anastasia. Nós fomos,  
604 inclusive, procurá-lo no episódio da Lei Florestal, que foi muito semelhante à  
605 aprovação desse PL na Assembleia. E mesmo que tivéssemos, um erro não  
606 justifica o outro. Agradecemos as suas comunicações de que diversos erros  
607 cometidos nos governos anteriores estão sendo feitos. Que ótimo. Realmente,  
608 conceder licença ad referendum não é correto, e por diversas vezes – não só a  
609 Amda – diversas organizações não-governamentais criticaram duramente. E o  
610 secretário adjunto era o Shelley, que tinha carta branca para fazer o que quisesse,  
611 e fez muitas besteiras. E nós sempre condenamos, sempre criticamos isso.”  
612 Presidente Luiz Sávio Souza Cruz: “Tem licença ad referendum até hoje em vigor.”  
613 Conselheira Maria Dalce Ricas: “Concordo. E que bom que isso não está sendo  
614 feito pela gestão atual. Quanto ao Ministério Público, eu acho que não está claro.  
615 Senhores conselheiros, o Ministério Público é membro do COPAM, mas não está  
616 garantindo que ele vai participar das Câmaras Técnicas que concederão a licença.  
617 Essa confusão não pode ser feita, isso tem que ficar claro. Eu espero que a sua  
618 fala seja aqui um compromisso público de que você defenderá junto ao governo a  
619 volta do Ministério Público nas Câmaras Técnicas. Quanto ao processo de  
620 tramitação, se realmente fosse um processo democrático, nós não teríamos que  
621 assistir de boca fechada as emendas que foram apresentadas. Foram mais de 80  
622 emendas, das quais foram descartadas algumas dezenas, de cara, pelo deputado  
623 relator, que foi o João Magalhães. E nós só tivemos conhecimento das emendas  
624 porque um deputado pediu a leitura. Era para ter sido aprovado sem a sociedade  
625 sequer ficar sabendo. Sávio, se você considera isso democracia, eu não considero  
626 não. Democracia seria isso: ‘Olha, gente, tem o substitutivo nº 3, do deputado  
627 João Magalhães, foram apresentadas várias emendas. Vamos discutir isso com a  
628 sociedade.’ Nós tínhamos que ficar calados, ou no máximo gritar assim:  
629 ‘Deputado, é um equívoco retirar o Ministério Público, não faz isso, por favor.’ O  
630 máximo que nós podíamos fazer era gritar lá do alto da galeria. Então eu quero  
631 deixar gravado: não foi um processo democrático, assim como não foi o processo  
632 de discussão da Lei Florestal no governo Anastasia. Nós sabemos que o governo  
633 anterior foi uma tremenda ruindade em termos de meio ambiente. E lembrar o que  
634 eu falei antes: eu não vou citar nomes, mas quantas vezes eu ouvi, desde o  
635 governo Aécio Neves, que o Ministério Público tinha que sair do COPAM, que isso  
636 é um absurdo, que não podia participar de licenciamentos? Quantas vezes eu ouvi  
637 isso? Quantas vezes dentro do governo e de órgãos da iniciativa privada? Não  
638 foram uma nem duas vezes não. Eu não disse que a SEMAD tem um corpo  
639 técnico suficiente. Eu disse que a SEMAD tem técnicos competentes. Pelo

640 contrário, a SEMAD não tem um corpo técnico suficiente, devidamente  
641 capacitado. Sávio, ninguém nasceu ontem aqui, você é muito mais experiente do  
642 que eu, e você sabe muito bem como é essa questão de concessão de licença e  
643 os interesses que estão por trás. Agora, pegar um parecer técnico, conceder uma  
644 licença sem a sociedade saber e dizer que foi correto? Pelo amor de Deus, nós já  
645 passamos dessa fase. As famigeradas AAFs substituídas pelo governo anterior na  
646 lei delegada. Famigeradas, porque elas nunca foram fiscalizadas e ninguém sabe  
647 o que aconteceu. Vocês estão ampliando isso. A sociedade não vai ter nem  
648 conhecimento, porque o Sisemanet não funciona. E a lei colocou um artigo sem  
649 colocar prazo. Nem saber se foi dada uma autorização para desmatar 700  
650 hectares neste Estado nós vamos saber. Felizmente – eu queria deixar isso  
651 registrado em público –, passou uma emenda que nós propusemos que eu espero  
652 que realmente seja efetivada, tanto na Comissão de Redação quanto na prática,  
653 de que, quando se tratar de vegetação nativa nas áreas prioritárias para  
654 preservação da biodiversidade, esses projetos terão que ser encaminhados ao  
655 COPAM. Só esses projetos. Lembrem-se do que eu disse: vai licenciar um  
656 curtume, com efluentes líquidos mais venenosos do mundo, a cidade não vai  
657 saber, porque nem o Sisemanet funciona. Então, Sávio, se você não considera  
658 que não passarem mais pela sociedade os licenciamentos de classes 3 e 4 não é  
659 um enfraquecimento do licenciamento, eu acho que sim. Então, aproveitando a  
660 sua deixa, eu quero propor o seguinte: se a intenção, realmente, do governo é  
661 apenas facilitar o licenciamento de projetos, digamos assim, menos problemáticos,  
662 vamos imediatamente rever a DN 74, o que o governo anterior não teve a  
663 decência – o Adriano começou a fazer retalhos –, e vamos modificar a  
664 classificação do enquadramento das classes. Porque na época em que foi feito  
665 nós insistimos, inclusive, com o José Claudio Junqueira, que era um dos mentores  
666 da redação, de que deveria colocar o componente biodiversidade, e eles não  
667 colocaram. Então hoje vemos que são seguramente megaprojetos enquadrados  
668 nas classes 3 e 4 e que deveria, impreterivelmente, estar nas classes 5 e 6. Então  
669 vamos rever imediatamente, vamos renomear o enquadramento para que nós  
670 possamos garantir que sejam passados pelo COPAM projetos que podem ser  
671 impactantes, não somente os chamados megaprojetos, projetos que preveem  
672 supressão de vegetação e empreendimentos que possam causar realmente danos  
673 terríveis à água.” Presidente Luiz Sávio de Souza Cruz: “Só informar que a revisão  
674 da DN 74 está prevista no planejamento de 2016. Mas eu fico, mais uma vez, feliz.  
675 Eu já tenho quatro emendas acolhidas da Fetaemg, já tenho emenda acolhida da  
676 Amda, e continuo deixando no ar a pergunta que eu fiz: quem conseguiu aprovar  
677 alguma emenda nas duas leis delegadas antecessoras? Que não foram acusadas  
678 de antidemocráticas em nenhum momento, e em nenhum momento foram  
679 chamadas de ‘AI-5 Ambiental’. Eu insisto que o rito é democrático, sim, porque a  
680 democracia está fundada em cima de um estatuto, em cima de um regulamento e  
681 de um regimento da Assembleia. E não há, até onde eu saiba, nenhum dispositivo  
682 regimental que tenha sido descumprido na votação desse processo, que contou,



683 inclusive, com audiência pública, que foi um festival, inclusive, de manifestações  
684 'muito educadas', vaias, tambor. Foi uma coisa, digamos assim, plural, para falar o  
685 mínimo. Mas, apesar disso, nós conseguimos no processo incorporar  
686 contribuições. Pelo que estou sabendo aqui agora, da Fetaemg, da Amda, e  
687 provavelmente de outras entidades que também contribuíram oficialmente ou  
688 através dos parlamentares com quem mantêm relações mais próximas. E eu falo  
689 sempre o seguinte: o camelo é um bicho que foi feito como são feitas as leis.  
690 Quando se tem liberdade para fazer; lei delegada não. Mas lei em Casa  
691 Legislativa é mais ou menos assim: eu quero colocar umas corcovas nas costas;  
692 então vai ser um bicho diferente. Aí o outro fala assim: 'Eu aceito, mas quero que  
693 seja um bicho beijudo. Então eu voto nas suas corcovas se você votar no meu  
694 beijo.' Aí o outro fala assim: 'Eu quero um rabo com pelo na ponta.' 'Eu aceito,  
695 mas quero um casco que seja desse jeito.' E aí nessa construção coletiva é que  
696 nasceu um bicho feio como aquele camelo, mas ele é apropriado por todos. As  
697 pessoas não têm compromisso com aquilo que não ajudam a construir. E a  
698 sociedade ajuda a construir uma norma através do seu foro oficial, consolidado na  
699 Constituição, que é a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, onde foi construído  
700 o projeto, que ainda será votado e apreciado em redação final. É lá que ele foi  
701 feito, nos termos da Constituição, seguindo o regimento, acolhendo contribuições,  
702 rejeitando outras, pelo voto da maioria dos representantes. Então eu continuo  
703 dizendo que é democrático, sim, e continuo dizendo que lei delegada não é  
704 democrático. E que chamar uma lei ordinária, votada regularmente,  
705 regimentalmente, na Assembleia, de 'AI-5', e se calar diante de sucessivas leis  
706 delegadas não é algo que eu entenda com facilidade. Há alguma coisa estranha  
707 nisso aí. Porque lei delegada não tem questionamento nenhum. Lei delegada que  
708 extingue gestão ambiental, que acaba com educação ambiental, não tem  
709 questionamento nenhum. Mas um projeto aberto, democrático, com audiência  
710 pública, comissões, incorporando emendas, quatro aqui, mais uma e não sei mais  
711 quantas... Polícia Militar, que não estava, foi incluída. Pelo menos, tinha grita,  
712 porque em lei delegada não tinha como gritar, engole o grito." Conselheiro Mauro  
713 da Fonseca Ellovitch: "Mais uma vez, desculpa a indelicadeza, eu vou ter que me  
714 retirar, eu tenho uma reunião. Eu não vou fazer juízo de valor, eu acho que não  
715 cabe a mim, cabe à Assembleia decidir o que consta na legislação. Eu não vou  
716 dizer se acho bom ou ruim. Na minha visão pessoal, a retirada dos  
717 empreendimentos classes 3 e 4 de uma deliberação democrática do COPAM é um  
718 retrocesso, mas é a minha opinião pessoal. Eu respeito a opinião do secretário em  
719 achar que não é. Eu não vou descer a juízo de valor. Na minha visão, o que  
720 demora no procedimento é a instrução. A elaboração de um parecer bom para dar  
721 sustentabilidade a uma votação, seja submetido ao superintendente, seja  
722 submetido ao Conselho, é o que demora. Não vejo agilização em retirar quem vai  
723 deliberar sobre isso. Se vai ser o superintendente ou não, vai atrasar no máximo  
724 um mês. Mas, como eu falei, é um juízo de valor que quem tem que fazer é a  
725 Assembleia. Em relação à participação do MP, realmente, o senhor secretário tem

726 completa razão: não estava na lei anterior. A diferença é a questão de efetividade.  
727 No decreto, por pior que seja, por mais antidemocrático que seja, o Ministério  
728 Público tinha participação plena na deliberação de todos os tipos de  
729 empreendimentos. Por isso que eu não me adiantei. Eu acredito que seja o que  
730 vier da redação final da legislação, seja o que vier do governo, do Executivo, na  
731 regulamentação dessa lei, ele pode entender da importância da participação do  
732 Ministério Público nessa deliberação. Então eu só vou me manifestar, só vou dizer  
733 se houve ou não retirada de efetividade do Ministério Público depois que isso tiver  
734 efetivamente regulamentado. Por fim, a diferença da efetividade formal e da  
735 efetividade legal. Ainda que o Ministério Público conste garantido na lei, mas com  
736 funções esvaziadas, não vai deliberar nas classes 3, 4, 5 e 6, houve, sim, uma  
737 retirada de efetividade. Vamos esperar o que vai vir no decreto. Agora, por fim, o  
738 nome Câmara Técnica é um nome, e o efeito prático dele é deliberar sobre os  
739 empreendimentos que vão causar maior impacto. Eu sei que não é uma  
740 justificativa do secretário, mas uma justificativa que foi apresentada no  
741 Parlamento, de não incluir o Ministério Público porque a câmara é técnica, não  
742 condiz com a realidade. O nome é Câmara Técnica. Na prática, vai fazer hoje o  
743 que as URCs fazem, vai deliberar sobre os empreendimentos classes 5 e 6. E a  
744 técnica jurídica também é uma técnica. A técnica de controle de legalidade  
745 também é uma técnica no conceito educacional. No próprio conceito, a  
746 participação do Ministério Público seria uma participação técnica e não política.  
747 Então são só reflexões que eu estou colocando. Eu acho importante que  
748 debatamos, eu acho importantíssimo esse foro, e eu continuo acreditando que o  
749 Poder Executivo vai saber, assim como os senhores, reconhecer a importância do  
750 Ministério Público na deliberação desses empreendimentos mais impactantes.  
751 Boa tarde a todos, e desculpem a retirada mais cedo.” Presidente Luiz Sávio de  
752 Souza Cruz: “Eu queria só esclarecer o seguinte. Na legislação ainda em vigor, a  
753 lei delegada, em vigor, se o governo quisesse tirar daqui do Plenário o Ministério  
754 Público, ele tirava. Se quisesse tirar de todas as URCs, para não participar de  
755 licenciamento nenhum, nem de classe 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, tirava. A presença do  
756 Ministério Público, na lei delegada, não está garantida em canto algum. Se  
757 quisesse tirar da Câmara Normativa e Recursal, tirava, por decreto, que é mais ou  
758 menos parecido com a lei delegada: o governador escreve, assina, publica, e está  
759 resolvido. Então a situação que está em vigor pela lei delegada hoje é essa. O  
760 Ministério Público não está garantido em canto nenhum, não está no Plenário, não  
761 está na URC, não está na CNR, não está garantido em lugar nenhum. Os  
762 deputados entenderam, por emendas apresentadas lá – não foram emendas do  
763 governo –, incluir a obrigatoriedade legal, garantida, da presença do Ministério  
764 Público aqui no Plenário, nas URCs e na Câmara Normativa e Recursal. Não  
765 impôs essa obrigatoriedade na Câmara Técnica. Eu quis apenas fazer um  
766 exercício de interpretar o que pensou o legislador. Ele deve ter imaginado, sendo  
767 uma câmara técnica, as pessoas vão deliberar, presume-se, com uma certa dose  
768 de conhecimento aprofundado específico nos temas que vão àquela câmara, onde

769 está assegurada a pluralidade, a participação da sociedade, a transparência. Mas  
770 que se garanta uma base técnica de deliberação. E deve ter pensado o legislador  
771 que esse não é o lugar em que nós tenhamos que obrigar, legalmente, a  
772 participação do Ministério Público. E foi o que foi feito. E aqui nós estamos  
773 discutindo, já há um longo tempo, que a lei que está sendo votada na Assembleia  
774 ter incluído a obrigatoriedade de participação do Ministério Público é uma retirada  
775 do Ministério Público. Isso, se não é, está perto do hospício. Nós temos uma lei  
776 que não assegura a participação do Ministério Público em lugar nenhum. Se  
777 ficasse como está, o governador quisesse que o Ministério Público não  
778 participasse de URC nenhuma, de Plenário nenhum, de Câmara Normativa  
779 nenhuma, ele simplesmente não punha. Agora, se ele quiser fazer isso, ele não  
780 pode fazer isso. Não pode porque a lei manda que, pelo menos no Plenário, nas  
781 URCs, na Câmara Normativa e Recursal, tem que estar o Ministério Público. E  
782 repito: é a única instituição que tem participação garantida. É difícil argumentar  
783 contra o óbvio. É mais ou menos como se eu estivesse sendo acusado aqui de  
784 estar muito magro, e eu tivesse que argumentar que não estou tão magro, que  
785 tem gente mais magra do que eu aqui. É mais ou menos isso. O projeto de lei  
786 inclui o Ministério Público, e eu tenho que justificar por que não está excluindo; ele  
787 está é incluído. ‘Mas não podemos perder, já falamos que é ruim e não queremos  
788 voltar atrás. Já falamos que é ‘AI-5’ e não queremos voltar atrás. Já falamos que  
789 vai facilitar e não queremos voltar atrás’. Embora ninguém foi capaz ainda de me  
790 mostrar, na lei, qual mecanismo que fala que estão sendo desobrigados dos  
791 licenciamentos. E se nosso objetivo é – e é mesmo – agilizar o processo, não é  
792 agilizar a licença não, é a conclusão do processo. A conclusão pode ser negativa,  
793 licenciamento ambiental não é instância burocrática a ser cumprida, é instância de  
794 decisão. O que não pode é ficarem – como nós encontramos – 2.700 processos  
795 pendentes; não estão aprovados nem rejeitados. Pode isso, a sociedade espera  
796 ad perpétuo? São 14.000 processos de outorga que não estão nem concedidas  
797 nem negadas. E a sociedade tem de aguardar ad perpétuo? São 5.600 processos  
798 de intervenção em vegetação parados. O sujeito quer uma resposta, e pode ser  
799 não; não é uma resposta. Então nós queremos agilizar, sim, o processo. A licença  
800 é por conta de quem fala. O processo nós queremos, sim. A licença, não. Insisto,  
801 mais uma vez: alguém que me mostrar na lei alguma medida cautelatória que está  
802 sendo dispensada nesse projeto pode trazer para mim que eu vou renunciar. Eu já  
803 falei isso de público, várias vezes, e continuo esperando. Ninguém trouxe, mas  
804 vão continuar falando que é ‘AI-5’, que é retrocesso. Faz parte. Cada um tem o  
805 seu show, e faz parte do show.” Conselheira Sarah Aurichio Lopes Cordeiro  
806 Ribeiro: “Eu só queria ressaltar que a Assembleia cumpriu os prazos da  
807 Constituição e do regimento para analisar o projeto de lei. Eu nunca imaginei que  
808 a Assembleia seria questionada por isso, por ter recebido um projeto de lei em  
809 regime de urgência e ter se manifestado dentro do prazo. Muito antes pelo  
810 contrário, a Comissão de Meio Ambiente garantiu a análise técnica do projeto sem  
811 que ele fosse direto para o Plenário. Isso eu queria que ficasse claro. Outra

812 questão, que é ainda no sentido do que o secretário falou, é que, muito antes pelo  
813 contrário, o licenciamento hoje fica mais difícil. Porque foram incluídas, como  
814 medidas para o licenciamento ser concedido, as medidas de proteção às  
815 comunidades que estão próximas a grandes empreendimentos. Então isso  
816 dificulta o licenciamento e traz a proteção para aquelas comunidades que estão ali  
817 em volta. E não só de mineração, são de todos os empreendimentos. E por final  
818 uma política alternativa a barragens. Tratamento seco de rejeitos, que foi colocado  
819 como um incentivo mesmo, para incentivar outras formas que não as barragens  
820 que colocam em risco as comunidades próximas. Mais do que isso, eu queria falar  
821 que foram acatadas muitas emendas que foram construtivas. Nós recebemos, e a  
822 própria Fetaemg e a própria Amda participaram muito do processo. E foram  
823 acatados muitos dos pontos que foram elencados tecnicamente pelas  
824 associações.” Presidente Luiz Sávio de Souza Cruz: “Antes de passar a palavra  
825 para a Fetaemg, Eduardo, então quer dizer que o ‘AI-5 Ambiental’ tem quatro  
826 artigos de autoria da Fetaemg e um da Amda, que eu já descobri aqui agora.”  
827 Conselheira Maria Dalce Ricas: “Sávio, falar que é ‘AI-5 Ambiental’, isso foi usado  
828 pelo pessoal do Movimento pelas Serras e Águas de Minas. Eles que utilizaram  
829 esse termo ‘AI-5 Ambiental’. Isso foi relativo ao projeto original que foi enviado à  
830 Assembleia.” Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: “Secretário,  
831 eu gostaria de aproveitar e depois discutir com o senhor as outras quatro que não  
832 foram acolhidas, porque eu acho que podem ser acolhidas no decreto. Mas nós  
833 ainda chegamos lá. Eu quero primeiro dar uma informação para o portfólio do  
834 senhor, que eu acho que é importante, porque daqui a pouco vai acontecer aqui  
835 de novo. Quando teve o crime ambiental de Rio Pomba, o governo aplicou a multa  
836 de R\$ 50 milhões, e depois a empresa recorreu aqui na Câmara Normativa e  
837 Recursal. Na oportunidade, foram apresentados três pedidos de vista: a Fiemg, eu  
838 e o então representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Por  
839 incrível que pareça e apesar das minhas sucessivas cobranças, o recurso só  
840 voltou ao Plenário – aí eu estou dizendo para o senhor incluir no portfólio – quatro  
841 anos depois. Eu acho que isso é importante. Segundo: eu já fiz essa correção com  
842 alguns deputados. Quando o governo passado encaminhou a lei delegada, eu  
843 trouxe uma proposta de moção contra e que retirasse e colocasse em discussão  
844 aqui primeiro, antes de voltar. Eu não lembro se era o secretário ou o secretário  
845 adjunto que estava presidindo, mas a alegação foi de que o governo já tinha  
846 mandado e que não podia voltar atrás. A minha avaliação, é claro que aí no caso  
847 é uma avaliação bastante subjetiva, reconheço, mas acredito que, se a moção  
848 fosse votada, ganharia. Só quero registrar isso, porque ao menos da parte da  
849 Fetaemg e da Amda – porque eu lembro que a Maria Dalce se manifestou a favor  
850 da moção – nunca houve concordância com o que o outro governo fez. A terceira  
851 coisa é que eu quero dizer que o meu entendimento é o que o senhor explicou aí  
852 sobre a inclusão formal do Ministério Público na legislação. Eu estou tendo  
853 algumas discussões com algumas pessoas, e as pessoas estão entendendo que  
854 não foi incluído. O meu entendimento é o do senhor. Eu entendo que está

855 incluído, sim, porque foi votação turno único, e foi para redação agora. Eu entendo  
856 que foi incluído, sim, no Plenário do COPAM, na CNR e nas URCs. E evidente,  
857 como não há obstáculo mandativo lá dentro, se o governo quiser, ele pode, no  
858 decreto, colocar a Câmara Técnica.” Presidente Luiz Sávio de Souza Cruz: “A  
859 discricionariedade que o governo hoje tem, em qualquer unidade do COPAM, de  
860 pôr ou não pôr, o governo passa a só ter nas Câmaras Técnicas. Nos outros, é  
861 forçoso.” Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: “O meu  
862 entendimento é esse, eu tenho discutido e acho que a questão morreu. Eu queria  
863 cumprimentá-lo também, porque o senhor foi à audiência pública e eu respeito  
864 gente que não se esconde debaixo da mesa. Quem se esconde debaixo da mesa  
865 eu não respeito. Quem faz cara de paisagem, ‘não é comigo’, eu não levo a sério.  
866 O senhor foi lá, a chapa esquentou, mas eu acho que aquela audiência foi  
867 importante. Não vamos entender a história fora da sociedade.” Presidente Luiz  
868 Sávio de Souza Cruz: “Basta ver o projeto que entrou e o que saiu.” Conselheiro  
869 Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: “Eu queria registrar também uma coisa,  
870 e não tem nada de partidário. O senhor sabe que o funcionamento ali,  
871 principalmente quando é um projeto, em regime de urgência, do governo, é um  
872 pouco difícil para a sociedade. Mas, além da audiência pública, eu acho que  
873 precisa registrar também que da parte do deputado João Magalhães, da  
874 Administração Pública, do Cássio Soares, do Meio Ambiente, da Marília Campos,  
875 da Participação Popular, houve um empenho em escutar quem tinha proposta,  
876 quem tinha emendas. Nós, inclusive, da Fetaemg, nos reunimos com os três, ao  
877 mesmo tempo. Então, no final, eu concordo com o seguinte: ficou melhor do que  
878 chegou. Só acho e continuo a manter o meu entendimento de que, para a  
879 coerência do governo e as demandas da sociedade, o melhor caminho teria sido  
880 encaminhar, consultivamente, ao COPAM e depois encaminhar à Assembleia, de  
881 preferência sem o regime de urgência. Mantenho isso enquanto uma visão geral,  
882 mas não fico amansando o barco. O mais fraco, secretário, sempre sabe que deve  
883 reivindicar tudo para ver se sai pelo menos com um pedacinho. Aí é a experiência  
884 do ofício. Atenção, secretário, pelo que eu sei, o governo já multou os  
885 responsáveis pelo crime ambiental de Mariana. É evidente, e eu acredito que virão  
886 recursos aqui. E nada de quatro anos, por favor. Porque é importante.”  
887 Conselheiro Fernando Verassani Laureano: “Eu quero só dizer o seguinte: nós  
888 não estamos questionando, de jeito nenhum, o procedimento da Assembleia, o  
889 regimento. Realmente é essa tramitação em urgência que nos causa bastante  
890 estranhamento. Tendo em vista o acontecido, nos pareceu bastante...” Presidente  
891 Luiz Sávio de Souza Cruz: “Só para você avaliar, o episódio em Mariana  
892 aconteceu no dia 5 de novembro, e o projeto chegou com regime de urgência em  
893 6 de outubro. E não tinha o condão de adivinhar que aconteceria alguma coisa.  
894 Ele chegou à Assembleia um mês antes.” Conselheiro Fernando Verassani  
895 Laureano: “A urgência é que nós questionamos. E tivemos a infelicidade de não  
896 discutimos isso no COPAM, em função do acontecimento; nós tivemos a Plenária  
897 desmarcada.” Presidente Luiz Sávio de Souza Cruz: “A reunião conjunta. Mas eu

898 não desmarquei por causa disso. Foi pelo seguinte: o Corpo de Bombeiros esteve  
899 aqui e fez um laudo de que aqui só comporta, com a mínima segurança, 150  
900 pessoas. Se nós tivéssemos a presença dos titulares e suplentes dos dois  
901 Conselhos, só os titulares e suplentes dariam 80. Como começou a haver uma  
902 mobilização em redes sociais, o Corpo de Bombeiros desaconselhou que nós  
903 fizessemos aqui por questão de segurança. Eles acharam que não teria área de  
904 escape e uma porção de coisas que eles entendem. E com a mobilização nós não  
905 tínhamos aqui a possibilidade que tivemos na Assembleia de remarcar para o  
906 Plenário, porque aqui nós não temos outra área maior que pudesse acolher. Então  
907 por essa razão que foi desmarcada.” Conselheiro Fernando Verassani Laureano:  
908 “Eu acho que realmente nós perdemos uma boa oportunidade de entender,  
909 inclusive, em mais detalhes e mais profundidade, como o senhor já disse, os  
910 benefícios que os senhores realmente aguardam dessa lei. Mas nós não  
911 sabemos, não conseguimos enxergar, lendo o projeto de lei.” Presidente Luiz  
912 Sávio de Souza Cruz: “Pena que enxergaram os defeitos que não tem, e as  
913 melhoras que tem ninguém enxergou.” Conselheiro Fernando Verassani  
914 Laureano: “É um comentário que eu gostaria que o senhor realmente  
915 esclarecesse, porque nós realmente não conseguimos enxergar qual é o  
916 benefício.” Presidente Luiz Sávio de Souza Cruz: “Eu falei das áreas meio, da  
917 subordinação da polícia...” Conselheira Paula Meireles Aguiar: “Só um ponto do  
918 PL, eu não vou discorrer muito. Esse parágrafo que fala do MP é o parágrafo 5º, a  
919 princípio, que está no Substitutivo 3 do Artigo 14. Ele fala, rapidamente, que vai  
920 ser paritário o COPAM: ‘Conselho paritário, observados o poder público e a  
921 sociedade civil’. Ele fala: ‘Assegurada a participação dos setores produtivos, da  
922 defesa do meio ambiente nas Câmaras Técnicas, e do Ministério Público, no  
923 resto. E até engraçado porque realmente é o primeiro artigo que fala do MP. E  
924 talvez se ele não estivesse aqui não teria essa discussão. Se não falasse que ele  
925 está na Câmara Temática e na URC. Mas eu acho que esse ponto é importante.  
926 Se pela primeira vez está na lei, então agora qualquer alteração tem que ser por  
927 lei. Mas o que eu queria comentar, na verdade, é o parágrafo 6º. Como ele  
928 colocou, o MP está aqui, e na verdade só o MP e o poder público que estarão  
929 sempre em todos os mandatos. Por exemplo, a sociedade civil, representantes da  
930 comunidade científica e do setor produtivo terão que alternar. Então nós temos ter  
931 três anos, e nos próximos três anos não vão estar a Fiemg, a Faemg, a PUC, a  
932 Amda, mas vai estar o MP. Talvez por serem vários textos e estarmos mudando  
933 não tem o texto final, mas é isso que ele fala, que o MP vai estar sempre. Então  
934 na verdade nós temos que parabenizar pela iniciativa e por estar agora garantida a  
935 presença dele em todos.” Presidente Luiz Sávio de Souza Cruz: “O promotor falou  
936 que não está na URC; não está mesmo. Mas ainda que o decreto não venha  
937 colocar o MP nas Câmaras Técnicas, o MP poderá chamar a um foro coletivo a  
938 decisão de qualquer licença, desde classe 3 até classe 6. Porque ele pode  
939 apresentar recurso de classe 4 na URC aonde ele está; e se ele não estiver na  
940 Câmara Técnica ele pode apresentar recurso à Câmara Normativa Recursal,

941 aonde ele está. Então ele continua tendo o condão de, ainda que ele não seja  
942 incluído nas câmaras, chamar para si a análise de qualquer licenciamento. Ainda  
943 que ele não venha a ser incluído.” Conselheira Paula Meireles Aguiar: “O que eu  
944 queria falar mesmo, para deixar claro... O Eduardo falou da Cataguases; nós  
945 pedimos vista, e na reunião seguinte, assim que foi pautada a próxima reunião,  
946 nós entregamos a nossa vista, tanto a Fetaemg quanto a Fiemg. Então  
947 demoraram quatro anos, é ruim, é um absurdo, mas na última CNR nós votamos  
948 uma multa de 20 anos. É um absurdo, não pode acontecer. Mas não é porque foi  
949 a da Cataguases, de R\$ 50 milhões. Eu apoio que seja rápido. Mas só porque  
950 parece que é porque é da Cataguases. A Fiemg pediu vista, meu parecer está no  
951 site junto com o seu, e na reunião seguinte é que retornou a vista. Eu não sei se  
952 foi por isso que demoraram quatro anos, mas eu estou falando que na última CNR  
953 nós votamos um processo em que tinha sido aplicado uma multa há 20 anos. Não  
954 é bom, é terrível, não deve acontecer, mas nós temos que colocar os pingos nos  
955 ‘is’. Eu pedi a palavra pedindo desculpas porque eu também vou ter que me  
956 ausentar, pois estaremos finalizando um evento às 17h.” Conselheiro Ronaldo  
957 Vasconcellos Novais: “Eu quero deixar claro que, na verdade, o projeto que entrou  
958 na Assembleia é muito ruim. Aquela história de 21 artigos falando-se em decreto,  
959 para quem é do Legislativo assusta, é uma coisa que nos deixa indignados. Mas  
960 eu não quero entrar em todos os detalhes. O projeto tem coisas positivas. Por  
961 exemplo, eu defendo as Câmaras Técnicas; nós até já participamos delas. A  
962 estruturação administrativa da FEAM, do IGAM, do IEF, isso está contemplado lá,  
963 na verdade, até desde o começo, e pode ter melhorado lá. Tem pontos positivos.  
964 Agora eu também não preciso falar de outras coisas, porque eu não coadunava  
965 com o governo passado, não nadei no rio das Velhas, e não quero fazer defesa  
966 nesse sentido aqui. Na verdade, houve melhoria também por causa da pressão. A  
967 Amda apresentou diversas emendas, que eu li, emendas boas. A Fetaemg  
968 apresentou emendas boas, que foram aproveitadas. Os deputados apresentaram.  
969 Mas eu queria pedir licença para acrescentar o nome também do deputado  
970 Leonídio Bouças, presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Ele nos  
971 recebeu lá, e na primeira reunião ele não votou o processo, que era o primeiro da  
972 pauta, atendendo o nosso pedido. Então nós ganhamos um tempinho para  
973 respirar, de uma semana, nesse sentido. Então por uma questão de justiça eu  
974 queria incluir o nome do Leonídio Bouças nessa relação, porque conosco ele foi  
975 muito ético. Essas são as palavras que eu queria deixar.” Presidente Luiz Sávio de  
976 Souza Cruz: “Muito bem lembrada a menção ao deputado Leonídio, que, ainda na  
977 análise da constitucionalidade do projeto, já abriu a discussão e mostrou que a  
978 disposição da Assembleia era, de fato, tramitar o projeto de forma aberta,  
979 participativa. Eu falei, inclusive, Ronaldo, que se eu estivesse na Assembleia,  
980 fosse em governo ao qual eu fosse oposição ou do qual eu fosse base, eu não  
981 voto nenhum projeto com 21 remissões a decreto. Porque isso não é questão de  
982 governo e oposição, isso é questão de respeito ao poder. Então eu não votaria.  
983 Mas eu conheço razoavelmente a Casa, e desde a nossa audiência pública eu

984 falei: 'Isso entrou aqui, mas isso não sairá daqui assim'. Até eu consegui ser  
985 ouvido na Assembleia, tem algumas sugestões no projeto que são minhas. E eu  
986 acho que nós chegamos a um camelo razoavelmente bonitinho, que é o projeto  
987 que foi construído dessa forma." **4) EXAME DA ATA DA 166ª REUNIÃO DO**  
988 **COPAM.** Aprovada por unanimidade a ata da 166ª reunião do Plenário do  
989 Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada em 19 de outubro de 2015. **5)**  
990 **INDICAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DO CONSELHO ESTADUAL DE**  
991 **POLÍTICA AMBIENTAL PARA COMPOR A FORÇA-TAREFA CRIADA PELO**  
992 **DECRETO ESTADUAL Nº 46.885, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015.**  
993 **Apresentação: SEMAD.** O Plenário do COPAM indicou, por aclamação, os  
994 conselheiros Ronaldo Vasconcellos Novais, da Organização Ponto Terra, e  
995 Tarcísio Walter Gotelipe Reis, da Associação dos Engenheiros de Minas do  
996 Estado de Minas Gerais (Assemg), respectivamente, como membros titulares e  
997 suplentes, para compor a Força-Tarefa instituída pelo governo do Estado com a  
998 finalidade de diagnosticar, analisar e propor alterações nas normas estaduais  
999 relativas à disposição de rejeitos de mineração. O presidente do Plenário, Luiz  
1000 Sávio de Souza Cruz, informou que a Força-Tarefa já é composta por UFMG, Ufop  
1001 e Uemg; Crea, Ibram, SEMAD e FEAM; Seplag, Sede, AGE e Codemig, e que no  
1002 decreto de criação está prevista a participação de representante do COPAM. A  
1003 conselheira Maria Dalce Ricas propôs que o prazo para conclusão da Força-  
1004 Tarefa fosse ampliado e ressaltou a importância de que a ação não se restrinja  
1005 apenas à mineração de ferro. Propôs ainda que se avalie a necessidade de  
1006 apresentação de um termo de referência esclarecendo melhor o que se pretende  
1007 com a Força-Tarefa. O conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento  
1008 solicitou ao conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais para se comprometer a  
1009 enviar, por e-mail, aos demais membros do Plenário, um resumo das reuniões da  
1010 Força-Tarefa, para acompanhamento. Respondendo questionamento feito pela  
1011 conselheira Marina Imaculada Ferreira Caldeira sobre recuperação e mitigação  
1012 dos danos ocorridos com o rompimento da barragem em Mariana, além das ações  
1013 preventivas, o presidente Luiz Sávio de Souza Cruz relatou as providências  
1014 tomadas pelo governo do Estado desde o ocorrido e ressaltou que foi ajustada a  
1015 unificação das ações dos Poderes Executivos e das Promotorias de Justiça de  
1016 Minas Gerais, do Espírito Santo e Federal. O conselheiro Admilson Martins Diniz  
1017 informou que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil designou  
1018 uma comissão especial da OAB, juntamente com a seccional de Brasília, para  
1019 conciliar as demandas no mesmo sentido da unificação feita pelos poderes  
1020 públicos. **6) REALIZAÇÕES DE 2015 DO SISEMA E PLANEJAMENTO DE 2016.**  
1021 **Apresentações: Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental**  
1022 **Integrada (Sgrai); Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental**  
1023 **Integrada (Sucfis), Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), Instituto**  
1024 **Estadual de Florestas (IEF) e Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM).**  
1025 A diretora-geral do IEF, Adriana Araújo Ramos, fez exposição sobre as principais



1026 ações do instituto em 2015 destacando avanços na criação e gestão de unidades  
1027 de conservação, elaboração de planos de manejo e criação de conselhos gestores  
1028 no Estado. Apresentou também o planejamento para 2016. Em seguida, foram  
1029 prestados esclarecimentos solicitados pelo Plenário. Neste mesmo item de pauta,  
1030 foi feita pela FEAM uma apresentação dos principais produtos entregues em 2015,  
1031 bem como o planejamento da fundação para 2016. Em seguida, o conselheiro  
1032 Eduardo Antônio Arantes do Nascimento propôs que o IEF e a FEAM,  
1033 conjuntamente, realizem um estudo em 2016 sobre os potenciais de políticas  
1034 públicas que as informações constantes no Cadastro Ambiental Rural permitem  
1035 indicar, e colocou a Fetaemg à disposição para participar das discussões. O  
1036 conselheiro considerou ainda possível interesse da Faemg em participar desse  
1037 estudo. Em função do adiantado da hora e da saída da maioria dos conselheiros,  
1038 o presidente Luiz Sávio de Souza Cruz propôs, e foi acatado por consenso pelo  
1039 Plenário, que as demais apresentações previstas neste item de pauta fossem  
1040 realizadas na próxima reunião. A conselheira Lidiane Carvalho de Campos  
1041 solicitou que todas as apresentações fossem também disponibilizadas aos  
1042 membros do COPAM. A secretaria executiva informou que as apresentações  
1043 estão disponibilizadas no site da SEMAD. O conselheiro Marco Túlio Simões  
1044 Coelho sugeriu que as apresentações do IEF e da FEAM fossem feitas novamente  
1045 na próxima reunião, considerando o esvaziamento desta sessão. **7) PROPOSTA**  
1046 **DE AGENDA ANUAL PARA AS REUNIÕES DO PLENÁRIO DO CONSELHO**  
1047 **ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL PARA O ANO DE 2016. Apresentação:**  
1048 **SEMAD.** O Plenário aprovou por unanimidade a agenda de reuniões para o ano  
1049 de 2016, nos termos da proposta apresentada pela SEMAD, com previsão de  
1050 sessões ordinárias nas seguintes datas: 16 de março, 15 de junho, 14 de  
1051 setembro e 14 de dezembro. **8) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos  
1052 a serem tratados, o presidente Luiz Sávio de Souza Cruz declarou encerrada a  
1053 sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

1054

1055 **APROVAÇÃO DA ATA**

1056

1057

---

1058 **Luiz Sávio de Souza Cruz**  
1059 **Presidente do COPAM**